

## A LEPROSIA NOS PERIÓDICOS AMAZONENSES (1927-1930): UM QUADRO DO INFERNO DE DANTE

“LEPROSY IN THE AMAZON PERIODS (1927-1930): A PICTURE OF DANTE’S HELL”



JANIELLY CORDEIRO DE CASTRO<sup>544</sup>

### Resumo

O artigo é resultado de uma pesquisa de Iniciação Científica (IC) que ainda está em andamento. O trabalho se desenvolveu a partir da análise de notícias publicadas nos periódicos amazonenses entre os anos de 1927 e 1930, com atenção aos discursos proferidos pelos grupos que esses jornais dão espaço e de que forma eles influenciam na forma de se compreender a doença durante o período. Dessa maneira, a partir das falas do médico Achilles Lisboa no *Jornal do Commercio* (AM), de 1930, e da mensagem presente no *Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros* (AM), de 1927. O artigo tem por objetivo destacar algumas questões relacionadas à lepra durante esse período, como o cenário preocupante que o Estado do Amazonas enfrentava devido ao alto número de casos de lepra, somado a isso, a precariedade dos espaços de isolamento que deveriam ser ideais para tratar os doentes e a necessidade do auxílio do Governo Federal para conter a doença no Estado.

**Palavras-chave:** Doença; Lepra; Jornais.

### Resumen

El artículo es el resultado de una encuesta del PIBIC (2021-2022), que aún está en proceso. La investigación se desarrolló a partir del análisis de las noticias publicadas por los periódicos amazónicos entre los años 1927 y 1930, con atención a los discursos de los grupos que estos periódicos dan espacio y cómo influyen en la forma de ver la enfermedad en ese período. De esta forma, a partir de los discursos del doctor Achilles Lisboa en el *Jornal do Commercio* (AM), de 1930 y del mensaje presente en el *Informe de los Presidentes de los Estados Brasileños* (AM), de 1927. El artículo pretende resaltar algunas cuestiones relacionadas con la lepra en ese período, tales como el escenario preocupante que enfrentó el Estado de Amazonas por el alto número de casos de lepra, sumado a esto, la precariedad de los espacios de aislamiento que deberían ser ideales para atender a los enfermos y la necesidad de asistencia del Gobierno Federal para contener la enfermedad en el estado.

<sup>544</sup> Graduanda em História na Universidade Federal do Amazonas. E-mail: [janiellycordeirodecastro@gmail.com](mailto:janiellycordeirodecastro@gmail.com)



**Palabras-clabe:** Enfermedad; Lepra; Periódicos.

## Introdução

Percebendo nos periódicos amazonenses um número recorrente de notícias sobre a lepra entre os anos de 1927 e 1930 surgiram questionamentos a respeito da repercussão da doença nesses periódicos. Para se investigar mais a respeito da doença nos jornais, realizou-se uma pesquisa no periódico *Jornal do Commercio* no ano de 1930, disponibilizado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diante disso, o presente artigo propõe-se a discutir sobre os discursos do médico Achilles Lisboa, o qual aparece de forma recorrente no periódico com discursos a respeito da doença. Somado a isso, a mensagem presente no *Relatório dos Presidentes dos Estados* (AM), do ano de 1927, também foi relevante para se compreender de que forma o cenário da doença se encontrava no Estado do Amazonas<sup>545</sup>.

A lepra é uma doença da qual se tem registros desde a Antiguidade, vale salientar também que a religião influenciava nesse “mundo da lepra”. Segundo Luciano Marcos Curi:

[...] a cristandade apenas reelaborou em alguns aspectos o antigo preceito do Levítico que legislava sobre o “tsara’ ath”, onde o impuro tornava-se excluído, expulso e notória sua condição. Com a lepra foi o mesmo, a profilaxia, se for possível assim se referir a esta prática, destinadas a eles, e sonora, propiciado por algum instrumento emissor de ruído que deveriam portar obrigatoriamente (CURI, 2002, p. 23).

O autor também discute sobre a figura do leproso durante a Idade Média, segundo ele: “Na Idade Média ele é um ‘ente ideal’, disponível para o recebimento da devoção cristã, tornando-se mesmo, um ingrediente necessário à manutenção e continuidade desta fé”. (CURI, 2002, p. 24). Já no século XIX, com o enfraquecimento do poder da religião, esse cenário da lepra se altera, e as portas se abrem para novos atores sociais. A medicina social implementa então um saneamento social em nome da “saúde pública”, não mais restringindo aos que buscavam ajuda. Com o novo projeto da medicina social, todo aquele que era considerado um perigo as pessoas saudáveis, deveria se sujeitar às intervenções das autoridades médicas e higienistas e até mesmo do Estado, pois de acordo com Curi

---

<sup>545</sup> Este artigo corresponde aos resultados parciais da pesquisa de iniciação científica intitulada “A hanseníase no Amazonas: repercussões da doença nos periódicos amazonenses, 1930-1940”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e desenvolvida no Departamento de História/UFAM.



“O Estado entre outras atribuições teria o poder de reter os enfermos e isolá-los em nome do bem-estar comum, desconsiderando, inclusive, direitos básicos dos cidadãos” (CURI, 2002, p. 29).

Os procedimentos adotados a partir século XX acabam destoando-se do método religioso para lidar com a lepra, de forma até mesmo mais rigorosa, pois “A teoria microbiana das doenças de início levou a um aperfeiçoamento destas instituições de sequestro no sentido de restringir a um controle burocrático a circulação dos ‘indesejáveis’ leprosos” (CURI, 2002, p. 135). Ademais, o ideal higienista contribuiu significativamente para esse processo, visto que seu objetivo era fazer com que o sujeito acometido pela doença ficasse em um espaço físico controlável, onde fosse possível ser fiscalizado de forma rigorosa, resguardando então a população considerada “saudável”.

Com relação a situação da doença no Amazonas, de acordo com Adriana Cabral, em sua dissertação “De lazareto a leprosário: Políticas de combate a lepra em Manaus (1921-1942)”, desde o momento em que assumiu a Direção de Higiene Pública do Estado do Amazonas no ano de 1902, o médico Alfredo da Matta já chamava a atenção para a doença. (CABRAL, 2010, p. 66). Somado a isso, o médico demonstrava preocupação com as reclamações do corpo clínico da Santa Casa de Misericórdia, por terem que atender as pessoas que eram acometidas pela lepra. Ainda de acordo com a autora, no ano de 1908 o hospital do Umirisal fica dividido para que fossem tratados tanto leprosos quanto doentes de varíola, no entanto, o local estava longe de ser o ideal para tratar a lepra. Além disso, os números de casos da doença só aumentavam, segundo Adriana Cabral:

A incidência de aparecimento de doentes também estava em fase crescente na cidade. Por isso, em meados de 1915 a 1917, os médicos Alfredo da Matta e Miranda Leão começaram a pedir publicamente a criação de um leprosário que atendesse aos doentes e que este estabelecimento tivesse medidas ‘modernas’ de higiene (CABRAL, Adriana, 2010, p. 67).

Ademais, a autora também chama atenção para a propagação da doença principalmente entre os trabalhadores de seringais que exerciam suas atividades em ambientes sem assistência médica e com condições higiênicas extremamente precárias. A partir do ano de 1915 o cenário piora, pois o período áureo da borracha no Amazonas se encerra devido a crise, e os seringueiros que antes estavam localizados em espaços distantes, saem dos seringais em busca de habitações na capital, e com isso “[...] a chegada de um povo doente – principalmente de impaludismo, verminoses e de lepra – que se juntava aos que já habitavam a ‘Paris dos Trópicos’” (CABRAL, 2010, p. 73).



Dessa maneira, os médicos locais, perceberam o agravamento dos casos e se mobilizaram em busca de melhores procedimentos em relação à doença, entre eles o Doutor Samuel Uchôa, que enxergava na lepra uma grande ameaça, e por isso se articulou juntamente com a sociedade manauara para construir um leprosário onde os doentes pudessem, enfim, ser tratados.

[...] sempre preocupado com o aumento de casos da lepra em Manaus, Dr. Samuel Uchôa conseguiu o apoio da sociedade manauara que, uma vez alertada, começou a se organizar em associações para ajudar a angariar fundos que viabilizassem a construção do leprosário (CABRAL, 2010, p. 75).

Percebendo que entre os anos de 1927 e 1930 a permanência da preocupação dos médicos e das autoridades com a doença permanecem sendo retratadas nos periódicos amazonenses, este artigo pretende destacar alguns questionamentos relacionados à lepra durante esses anos, entre eles, a precariedade do local de isolamento dos doentes e o apelo para que o Governo Federal ajudasse o Estado a conter a doença.

### **Da lepra à hanseníase: a mudança da denominação da doença**

A Lei federal nº. 9010, de 29 de março de 1995<sup>546</sup>, marca a alteração do nome da doença, até então chamada “lepra” para “hanseníase”. No entanto, é fundamental aqui ressaltar os significados da mudança dessa terminologia.

Segundo a autora Leicy Francisca da Silva em seu artigo “História da Lepra ou da Hanseníase? O problema da terminologia na história da doença”, a relação da lepra como castigo divino “[...] tem sua origem nos escritos bíblicos (Levítico), e se disseminou por meio de uma má tradução do termo *tsara'ath* que de castigo moral passou a indicar uma enfermidade” (SILVA, 2011, p.1). Somado a isso, durante a Idade Média a lepra passa a ser associada a outras doenças como a Sífilis, por exemplo.

Ainda que no século XIX, as medidas profiláticas e políticas assistenciais de combate a lepra tivessem sido desenvolvidas ao longo dos anos, principalmente se comparadas às medidas adotadas durante a Idade Média, o significado moral de ser considerado um “leproso” não foi abandonado. As pessoas que eram acometidas pela lepra passam a carregar o peso negativo da doença por muitos anos.

<sup>546</sup> Lei que proibiu o uso de termo lepra. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19010.htm)>. Acesso em 10/11/2021.



De acordo com Silva, a década de 1940 parece ter representado um pontapé inicial para a mudança da terminologia da lepra, com o objetivo de afastar toda a simbologia pejorativa que a doença ainda carregava.

[...] desenvolveu-se na década de 1940 do século XX, uma campanha iniciada nos Estados Unidos, que pretendia propor a modificação da terminologia utilizada para a patologia. Era preciso transformar a lepra, bem como os atingidos, em doença e doentes comuns. Afastando da enfermidade a simbologia religiosa de punição por pecado bem como reparar décadas de vexame causadas pelas políticas de isolamento colonial” (SILVA, 2011, p. 1).

No que diz respeito ao Brasil, os debates acerca da denominação da doença também iniciaram na década 1940, as motivações variavam desde se diminuir o choque que o termo poderia causar no doente assim que ele fosse notificado acerca da doença até mesmo ao reconhecimento dos cientistas envolvidos nos processos de descoberta da doença, pois “[...] além de se cobrar o respeito aos doentes, se cobrava também a glorificação dos descobridores dos agentes mórbidos das doenças” (SILVA, 2011, p. 3).

Mesmo com o início dos debates na década de 1940, a discussão da mudança de nomenclatura só ganha força em 1970. De acordo com Silva “ainda na década de 1970 no Brasil, os hansenianos viviam uma condição social próxima da morte civil, prática advinda da idade Média” (SILVA, 2011, p. 5). Levando em consideração o medo que a nomenclatura “lepra” causava nos pacientes, parecia ser um momento ideal para se pensar em políticas que incentivassem os doentes a saírem em busca de tratamento, sem o receio de superstições e preconceitos acerca da doença. A solução encontrada então foi a mudança da terminologia.

Apesar disso, foi somente no ano de 1995, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, por meio da Lei n°. 9010<sup>547</sup>, que ocorre oficialmente a substituição do termo “lepra” e “leproso” por “hanseníase” e “doente de hanseníase”, mudança motivada não somente pela carga pejorativa dos termos anteriores, mas também pela preocupação com a volta dos casos da doença.

### **O médico Achilles Lisboa**

Antes de adentrarmos nas discussões acerca da lepra, cabe aqui fazer uma breve introdução sobre um dos médicos que mais aparece nas fontes encontradas, o médico Achilles Lisboa. Nascido na cidade de Curupuru, interior do Maranhão, no ano de 1872,

<sup>547</sup> Lei que muda a nomenclatura de “lepra” para “hanseníase”. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19010.htm)>. Acesso em 29/06/2022.



Lisboa se forma em Medicina pela Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, o que não o impede de atuar no setor de saúde pública apenas como médico. Além de ter sido prefeito de sua cidade natal, Lisboa também foi governador do Maranhão durante os anos de 1935 e 1936. O médico, assim como outros, conseguiu aliar seu prestígio científico como uma forma de conseguir transitar no meio político. (CÂMARA, 2009, P.5).

Lisboa não se ateve apenas ao estado do Maranhão, visto que, com base nos jornais encontrados, o médico foi solicitado para resolver o problema da lepra em estados vizinhos, como é o caso do Amazonas, no qual realizou viagens inclusive para os interiores do estado e até mesmo conferências públicas na cidade de Manaus, como mostra esse trecho retirado do *Jornal do Commercio* (AM) no dia 13 de fevereiro de 1930:

Como início do programma de prophylaxia anti-leprosa que pretende desenvolver na missão em que veio ao Amazonas, o dr. Achilles Lisboa realisarâ na segunda-feira próxima, as vinte horas, no cinema Odeon, posto com extrema gentileza á sua disposição pela empresa Fontenelle e companhia, uma palestra publica [...] (*Jornal do Commercio*, 13 de fevereiro de 1930, p.1).

O mesmo jornal também apresenta sobre quais temas Lisboa pretendia tratar em sua conferência, como por exemplo, a importância do diagnóstico precoce, o hospital Umirisal, e a profilaxia da lepra. A partir das falas do médico nos jornais encontrados, pretende-se discutir no tópico seguinte a medida profilática adotada no estado: o isolamento dos doentes.

### **Isolamento: Medida profilática ideal ou um quadro do Inferno de Dante?**

Visando uma maneira de separar os doentes das pessoas saudáveis, o isolamento dos denominados “leprosos” aparecia como a medida profilática ideal para se conter a doença, segundo as medidas adotadas pelas autoridades médicas ao longo do século XX. Entretanto, conforme demonstra o autor Luciano Curi, o problema financeiro logo se mostrou um empecilho para essa medida, pois: “De imediato constatou-se que não ficaria barato o custo de um empreendimento que visasse confinar sob a tutela estatal todos os acometidos de lepra do país” (CURI, 2002, p. 136). Entre os médicos que se dispuseram a dar uma solução para o problema, encontra-se Belisário Penna, que em 1926, de acordo com Curi:

[...] sugeria a construção de dois municípios autônomos especificamente dedicados aos leprosos, um no norte do país e outro no sul. O governo federal e os estaduais deveriam auxiliar estas “cidades leprosas” somente naquilo que elas não conseguissem produzir para sua sobrevivência (CURI, 2002, p.138).



O autor salienta ainda que para o médico, com o passar do tempo, o gasto do Governo Federal com esses municípios logo seria desnecessário quando a população desses locais se tornasse razoável e estável. No entanto, ao observarmos as falas do médico Achilles Lisboa, quando perguntado acerca da situação da lepra do Amazonas pelo *Jornal do Commercio* no ano de 1930, percebemos que ainda existia a necessidade do auxílio federal para lidar com a doença, pois Lisboa descreve a lepra como um “problema nacional de solução inadiável”. (*Jornal do Commercio*, 11 de fevereiro de 1930, p.1).

Essa descrição feita pelo médico em relação a doença, parece não ter sido algo isolado pelas autoridades médicas e sanitárias durante esse período, tendo em vista que reconhecer a doença como um “flagelo nacional”, foi algo recorrente entre a ciência do século XX, levando em consideração a grande ameaça que a doença representava até então. Esse tipo de discurso sobre o mal de Hansen “tinha a função de reforçar a demanda pela adoção de medida segregacionista para os leprosos e colônias de isolamento, considerada a medida profilática ideal de combate à doença” (CABRAL, 2013, p. 167).

Se por um lado o isolamento aparentava ser o melhor caminho de combate a lepra, por outro, parecia prejudicar ainda mais caso o procedimento com os doentes não ocorresse de maneira correta. Segundo Adriana Cabral, a partir de 1908, ano em que o Umirisal foi entregue à Diretoria de Higiene do estado do Amazonas, a notícia de que havia um asilo-colônia na cidade de Manaus logo se espalhou, e muitos doentes vieram de terras distantes atrás de tratamento. Entretanto, a autora também traz em seu texto a descrição das más condições do espaço utilizado como isolamento, que era feito de terra batida e o telhado coberto por palha. Somado a isso, os moradores de áreas próximas ao local se mostravam apreensivos quanto ao número de doentes que lá eram tratados, conforme:

O isolamento do Umirisal apresentava péssimas condições para abrigar tantos doentes, sua capacidade era mínima. O estado precário era evidente. Tornava-se cada dia mais urgente a construção de um local adequado para remover e isolar os leprosos da cidade. O Umirisal funcionava em barracas improvisadas desde 1908 e, como já dito anteriormente, localizava-se próximo ao abastecimento de água da cidade, no bairro de São Raimundo. A população que morava próxima ficava apreensiva com a quantidade de doentes “isolados” neste local (CABRAL, 2010, p. 91).

De maneira semelhante, as fontes encontradas também evidenciam o quanto a leprosaria do Umirisal destoava dos asilos colônia tão falados pelas autoridades médicas do século XX. No *Jornal do Commercio*, em 11 de fevereiro de 1930, percebemos o



grande destaque que a imprensa confere a notícia que tem por título “A lepra e seus horrores: Um quadro do inferno de Dante”. Essa matéria do jornal trata de uma entrevista realizada com o médico Achilles Lisboa sobre a lepra no Amazonas (*Jornal do Commercio*, 11 de fevereiro de 1930, p.1).

Nessa entrevista, Lisboa compara a situação em que se encontrava o Umirisal com o Inferno de Dante, pois segundo ele: “No Umirisal eu vi um pedaço do inferno de Dante. Mais se afigura aquilo um monturo humano do que um abrigo de leprosos”. (LISBOA, Achilles. *Jornal do Commercio*, 11 de fevereiro de 1930, p.1). A situação descrita pelo médico ganha um tom ainda mais dramático quando ele diz que na entrada do Umirisal poderia ser escrito a seguinte frase: “*Lasciate ogni speranza*”, que traduzindo para o português significa “Deixe fora a esperança”. O médico ainda chama o lugar de promiscuidade apavorante, além de mencionar ter conversado com o médico Alfredo da Matta a respeito do espaço. Para Lisboa, o médico Alfredo da Matta enfrentava um doloroso martírio por ter que lidar com o “espetáculo dantesco”, afinal, estava cumprindo seu dever. (LISBOA, Achilles. *Jornal do Commercio*, 11 de fevereiro de 1930, p.1).

Dessa forma, é possível observar na fala do médico uma recorrente tentativa de chamar atenção para a gravidade da circunstância em que se encontrava o estado do Amazonas, atenção principalmente dada ao Governo Federal, numa tentativa de obter recursos para um espaço de isolamento que estivesse de acordo com o modelo isolacionista ideal de combate à lepra. Para isso, Lisboa utilizou uma estratégia discursiva de falas carregadas de adjetivos de sentidos negativos, recorrendo até mesmo a uma comparação ao inferno para assegurar a urgência da situação.

Apesar das intensas críticas ao Umirisal, o médico deposita suas esperanças em outro local de isolamento, o leprosário “Paredão”, mas acreditando na necessidade de a União tomar a responsabilidade do local. Quando questionado a respeito do que estava sendo feito no Paredão, Lisboa responde que o local funcionava de pleno acordo com os princípios modernos de assistência aos leprosos. O entrevistador, entretanto, pergunta ainda em relação sobre o que as pessoas que passavam por perto visualizavam, quanto a isso a resposta do médico foi a seguinte:

[...] Olhe, meu senhor. O silencio em torno da gravidade da extensão da lepra no Brasil constitue um duplo crime que procuram erradamente justificar pela pretensão de que, occultando a verdade se pratica um ato de patriotismo. Não desmoralizando o paiz e assim, não impedindo a imigração. Mas a verdade não pode ser nociva (LISBOA, Achilles. *Jornal do Commercio*, 11 de fevereiro de 1930, p.1).



Para o médico, se negar a enxergar o problema por receio de impedir a imigração dificultaria ainda mais a resolução dele. O ideal então era mostrar a severidade da situação até mesmo para os visitantes, por mais que o Estado estivesse devidamente preparado e equipado para lidar com a doença.

O entrevistador também mostra preocupação com a água do rio que ficava próximo ao leprosário Paredão. Lisboa logo responde que a contaminação pela água não inspirava cuidados, mas que ainda assim seria necessário o uso de um aparelho para a purificação da água colhida no rio para consumo, uma vez que era servida no leprosário. Quanto ao custo do aparelho o médico o descreve como barato, não ultrapassando quinhentos francos. Para ele, nada seria tão mais seguro e eficaz do que o uso desses aparelhos.

- E água? A água do rio que banha o leprosário do Paredão? Não constituirá um perigo?
- Não. A transmissão do mal de Hansen pela água não inspira cuidados. Mas ainda assim, ali terá de ser aplicado, tanto na água colhida do rio para consumo, como em toda água servida no leprosário [...]
- Mas... a despesa com esse aparelho?
- É baratíssimo o aparelho [...] três aparelhos custaram apenas três mil francos.
- Logo...
- No do Paredão o custo não poderá ir além de uns quinhentos francos, talvez menos (LISBOA, Achilles. *Jornal do Commercio*, 11 de fevereiro de 1930, p.1).

Buscando encontrar fontes que nos mostrassem algo a respeito dos recursos destinados às leprosas do estado do Amazonas, nos deparamos com os *Relatórios dos Presidentes dos Estados (AM)*, do ano de 1927, que contêm algumas informações a respeito das condições econômicas do Estado para lidar com os doentes acometidos pela lepra.

De acordo com as palavras proferidas pelo presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, Antonio Monteiro de Souza, durante o ano de 1927, em mensagem apresentada à Assembleia, os doentes que estavam no isolamento Umirisal encontravam-se em péssimas condições de habitação, comparando a situação deles com a de mendigos:

Existem no isolamento Umirisal, 140 doentes paupérrimos, sem o mínimo recurso. Alguns, ou quase todos, chegam como verdadeiros mendigos, sem roupas e são tirados a expensas do Saneamento, de casas e tugúrios onde se escondem (SOUZA, Antonio Monteiro. *Relatório dos Presidentes dos Estados (AM)*, 14 de julho de 1927, p.125).



A partir dessa informação, Antônio Souza parte para uma grande questão acerca das medidas a serem tomadas em relação aos doentes: o dinheiro necessário para os locais de isolamento dos doentes e os demais gastos com eles, como as vestimentas, alimentação e medicamentos, pois o Estado não tinha dinheiro suficiente para esses recursos.

[...] Mas esse *deficit* é maior, pois na distribuição da quota federal, o Serviço de Saneamento Rural desconta uma parte, mais ou menos de 3:000\$000, para fornecimento de medicamentos que se esgotam nos primeiros mezes de trabalho. Accrescida essa importancia de 3:000\$000 ao deficit precipitado, teremos 12:720\$000. Nessa rubrica de 2\$000 para alimentação dos doentes, não está incluída a aquisição de roupas, redes, camas de lona, utensílios diversos, pharmacia e material escolar (SOUZA, Antonio Monteiro. *Relatório dos Presidentes dos Estados (AM)*, 14 de julho de 1927, p.126).

Souza também se mostra preocupado pelo fato de o número de doentes aumentar diariamente, e afirma que essa quantidade aumentaria ainda mais com o leprosário Paredão. Ainda nessa mensagem, o presidente da Assembleia salienta que a lepra exigia atenção dos poderes públicos em defesa do bom nome do Estado e da nossa própria raça. Discurso semelhante ao usado pelo médico Achilles Lisboa para reforçar a necessidade de investimentos nos leprosários. Em algumas páginas mais adiante no relatório, podemos visualizar os gastos do Estado na construção da leprosaria do Paredão:

Construção da Leprosaria do Paredão cujo preço relativo aos primeiros predios contractados até agora, atingiu á cifra de 284:500\$000, tendo sido satisfeita aos contractantes a primeira prestação vencida, na importancia de..... 70:125\$000. Esses predios, construidos de madeira de lei, sobre pilastras de alvenaria, cobertos de telhas, forrados e telados, com alpendres em cimento armado, obedecem a tres typos, além da casa da administração toda de alvenaria, tudo conforme os planos e plantas organizados pelas Directorias do Serviço Sanitario e Obras Publicas do Estado. (*Relatório dos Presidentes do Estado (AM)*, 14 de julho de 1927, p.150).

Além do investimento na construção do isolamento, o Estado também deveria se preocupar com o abastecimento de água do local. Como podemos observar no trecho a seguir:

Os estudos da Directoria de Aguas e Exgotos, orçaram o custo das obras de abastecimento d'agua no total aproximado de 50:000\$000, devendo ser presente á Secretaria Geral do Estado, por estes dias, a proposta da Manaós Tramways and Light Company Ltd. para fornecimento de energia electrica, que, como aquelle, deverá prover directamente de Manaós, ás installações de aguas e exgottos e luz da Leprosaria do Paredão. (*Relatório dos Presidentes do Estado (AM)*, 14 de julho de 1927, p. 150).

É válido aqui salientar que apesar de no ano de 1927 ter sido colocado no relatório os estudos da Diretoria de Águas e Esgotos acerca do abastecimento do local, quando observamos a entrevista do médico Achilles Lisboa concedida ao *Jornal do Commercio* no ano de 1930, a água ainda parecia ser uma preocupação, mesmo três anos



depois. Somado a isso, o mesmo jornal, no dia 20 de fevereiro de 1930, publicou uma charge contendo uma ironia em relação ao estado em que se encontrava a leprosaria com o passar dos anos. Na charge, vemos dois homens conversando, um saudável e outro doente, um deles afirma que o leprosário do Paredão estava cheio de capim e o outro completa a afirmação alegando que o local estava cheio de capim e de cupim. Ao ser questionado de onde veio o cupim, o homem responde “Do anno passado...”<sup>548</sup>. Observamos então, a atenção para a demora acerca das melhorias que deveriam ser asseguradas ao espaço, afinal, deveria ser o local mais seguro para tratar os doentes.

Imagem 1: Charge sobre o leprosário do Paredão



Fonte: *Jornal do Commercio*, 20 de fevereiro de 1930, p.1

Um mês antes foi colocada outra charge, satirizando a falta de uso da leprosaria, no *Jornal do Commercio*. A charge consiste em uma pessoa ligando para a leprosaria e indignando-se pois o local não estava funcionando, ironizando o fato de que foi apenas “inaugurada a placa” do local<sup>549</sup>.

Imagem 2: Charge satirizando o funcionamento do Paredão

<sup>548</sup> Transcrição da charge: “- O leprosario do Paredão já está cheio de capim. – De capim e de cupim. – De cupim? – Sim. – De onde vem esse cupim? – Do anno passado...”.

<sup>549</sup> Transcrição da charge: “Allô! Allô! Ligue para o leprosario do Paredão... Hein? Como diz? Não está funcionando? Que historia é esta? Não foi inauguradom ha mais de um mez? Estou vendo que é igual á ponte atraz da Usina... Sim! Sim! Compreendo; foi apenas inaugurada a placa! Está bem!”.





Fonte: *Jornal do Commercio*, 11 de fevereiro de 1930, p. 1

Apesar do investimento do Estado do Amazonas na leprosaria do Paredão no ano de 1927, e do médico Achilles Lisboa apresentar grande expectativa em relação a esse isolamento, pois para ele o local estaria de acordo com o que os leprosários da época necessitavam, o espaço não teve muito tempo de uso. De acordo com a autora Adriana Cabral, essa leprosaria logo foi abandonada: “Importante ressaltar é que depois de pronta a leprosaria fora abandonada (Sic) pois seria o cartão de entrada da cidade (para quem chega à cidade de barco), o que era mal visto pelos outros governantes, (Sic) pois seria o cartão de entrada da cidade”. (CABRAL, 2010, p. 127).

### **O Governo Vargas e o investimento nas medidas profiláticas nos Estados**

Durante o ano de 1930, o país estava sob o comando de Getúlio Vargas, que em seu governo, no mesmo ano, criou o Ministério da Educação e Saúde Pública (Mesp), que segundo Vivían Cunha, tinha como objetivo livrar o Brasil de todos os grandes males que poderiam prejudicar o futuro promissor do país. Ele era dividido em quatro departamentos nacionais, eram eles: Departamento de Ensino, Departamento de Saúde Pública, Departamento de Medicina Experimental e Departamento de Assistência Pública (CUNHA, 2005, P.81).

Em relação a questão da lepra durante esse período do governo de Getúlio Vargas, ela ficava na responsabilidade da Inspetoria de Profilaxia da Lepra e das Doenças Vénereas (IPLDV) e de acordo com a autora:

Mesmo após mais de dez anos de existência, essa Inspetoria não cumpria seus objetivos centrais em relação às doenças e suas atividades eram ainda muito





restritas no território nacional. Até o ano de 1930, existiam no Brasil 14 leprosários, sendo seis particulares, seis estaduais e dois federais. Segundo a estimativa deste ano, 3.346 doentes viviam internados em leprosários, [...]. A maioria desses serviços eram de responsabilidade dos respectivos estados (CUNHA, 2005, p. 82).

Cunha também enfatiza que em 1930 e 1931 os auxílios da União eram destinados quase que exclusivamente ao Distrito Federal. Somente a partir de 1932 o Governo Federal passou a destinar os auxílios financeiros aos governos estaduais de maneira regular para a construção e manutenção de leprosários. No ano de 1933, buscando um alcance maior das medidas profiláticas, a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, realizou um encontro na Capital Federal para tratar sobre o assunto. De acordo com a autora:

A Conferência para a Uniformização da Campanha contra a lepra concluiu que o combate à lepra no país seria um problema de “salvação pública” e que, portanto, deveria ser resolvido pela União. Para tanto, sugeriu que os métodos profiláticos a serem adotados fossem uniformizados, de modo a facilitar a campanha no país. Para a Conferência, o sucesso dependeria de dois elementos fundamentais: um corpo de técnicos especializados para fixar diretrizes e garantir sua execução e verbas suficientes para o custeio ininterrupto das organizações que fundasse (CUNHA, 2005, p. 85).

Dessa maneira, fica notório uma falta de investimento por parte da União nas medidas profiláticas contra a lepra para os Estados. Percebendo então a gravidade da situação em diversas partes do país, a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra decidiu adotar ações que alcançassem as medidas profiláticas de forma mais efetiva no país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme visualizamos na mensagem dos *Relatórios dos Presidentes do Estado* (1927), e na entrevista feita com o médico Achilles Lisboa pelo *Jornal do Commercio* (1930), e a partir das análises empreendidas até esse momento da pesquisa de iniciação científica, nota-se que o Estado do Amazonas, trabalhava na estruturação das leprosarias para tentar melhorar a assistência aos doentes da lepra, porém, sem muito sucesso. Nesse contexto, médicos como Achilles Lisboa, mostram-se relevantes durante esse período, pois através de sua fala reproduzida no jornal, chama a atenção da sociedade para o descaso com os acometidos pela lepra. Somado a isso, expõe a precariedade das leprosarias no Amazonas e a necessidade do auxílio do Governo Federal para conter o avanço da doença no Estado. A situação era grave ao ponto de Lisboa comparar o quadro





da doença no Amazonas ao “Inferno de Dante”. Essa ajuda solicitada pelo médico só pôde ser obtida de maneira efetiva a partir de 1933, três anos após o início do governo Vargas, quando a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra adotou medidas mais abrangentes contra a lepra no âmbito nacional.

**Data de Submissão:** 28/02/2022

**Data de Aceite:** 09/03/2022

### Referências Bibliográficas

#### Fontes

*Jornal do Commercio* N° 8907, Ano XXVII. Manaus, sábado, 11 de janeiro de 1930.

Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&pesq=%22pared%C3%A3o%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=39011](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pesq=%22pared%C3%A3o%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=39011)>. Acesso em: 27/01/2022

*Jornal do Commercio* N° 8936, Ano XXVII. Manaus, terça-feira, 11 de fevereiro de 1930.

Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&Pesq=%22lepra%22&pagfis=39131](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_01&Pesq=%22lepra%22&pagfis=39131)>. Acesso em: 27/01/2022.

*Jornal do Commercio* N° 8939, Ano XXVII. Manaus, quinta-feira, 13 de fevereiro de 1930. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&Pesq=%22lepra%22&pagfis=39139](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_01&Pesq=%22lepra%22&pagfis=39139)>. Acesso em: 27/01/2022.

*Jornal do Commercio* N° 8945, Ano XXVII. Manaus, quinta-feira, 20 de fevereiro de 1930. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&pesq=%22paredao%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=39169](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pesq=%22paredao%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=39169)> Acesso em: 27/01/2022.



*Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros (AM)*, 14 de julho de 1927. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720879x&pesq=%22paredao%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=6807>>. Acesso em: 27/01/2022

### Referências Bibliográficas

CABRAL, Adriana Brito Barata. **De lazareto a leprosário: políticas de combate à lepra em Manaus (1921-1942)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História. Manaus, p. 201, 2010.

CABRAL, Dilma. **Lepra, Medicina e Políticas de Saúde no Brasil (1894-1934)**. 22.ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

CÂMARA, Cidinalva Silva. **Medicina e poder: a trajetória de Aquilles Lisboa e a questão da lepra no Maranhão**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza. p. 01-13.

CUNHA, Vívian da Silva. **O isolamento compulsório em questão: Políticas de Combate à Lepra no Brasil (1920-1941)**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, p. 142, 2005.

CURI, Luciano Marcos. **Defender os sãos e controlar os lázaros: Lepra e isolamento no Brasil 1935-1976**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, p. 214, 2002.

LEANDRO, José Augusto. **A hanseníase no Maranhão na década de 1930: rumo à Colônia do Bonfim**. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 16, n. 2, p. 433-447, abr.-jun. 2009.

SILVA, Leicy Francisca da. **História da Lepra ou da Hanseníase? O problema da terminologia na história da doença**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo. p. 01-12.